

INDICAÇÃO Nº 626/2023.

Senhores(as) Vereadores e Vereadoras.

A Vereadora que esta subscreve, vem, respeitosamente, na forma do art. 206, inciso III, do Regimento Interno, INDICAR, com envio do expediente ao Poder Executivo Municipal, com cópia a Secretária de Municipal de Finanças:

- Indicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que seja enviado a esta Casa Legislativa, projeto de lei que visa incluir no Código Tributário Municipal, referente a Vigilância Sanitária, o capítulo V, incluir uma sessão V(quinta) ou fica a vosso critério, com o Título “ Das Isenções”, conforme sugestão de minuta (modelo) de lei em anexo.

JUSTIFICATIVA


A Agricultura familiar tem encontrado muita dificuldade de prosperar em nosso país, são muitas leis e regramentos a serem seguidos para garantir segurança alimentar pelos órgãos de fiscalização que limitam a legalização dos produtos por parte dos agricultores, que com toda burocracia tem a margem reduzida a cada dia.

Estamos a cada dia mais órfãos de bons produtos, de verduras e legumes principalmente sem agrotóxicos, produtos benéficos a saúde dos munícipes.

Além disso enfrentam a dificuldade de acesso ao crédito, comercialização, impostos e taxas, em função disso, e da própria dificuldade encontrada pela Secretária de Educação para aquisição de produtos de qualidade, temos a necessidade de ajustar nossas legislações, afim de favorecer o agricultor, principalmente a agricultura familiar.

Cooperativas (pessoas jurídicas) e pessoas físicas tem enfrentado muitas dificuldades, que com o tempo vão refletir na mesa dos brasileiros, e precisamos dentro do que nos é possível, sem prejudicar a nenhum dos lados, auxiliar o pessoal da agricultura.

São Bento do Sul, 8 de março de 2023.


CARLA ODETE HOFMANN
Vereadora – PSD

CM555 08/03/2023 18:38

28/12/2023

• **MINUTA DE INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI EXECUTIVA**

PROJETO DE LEI Nº _____/2023.

Acrescenta Dispositivo á Lei nº 140 de 22 de Dezembro de 1997, Código Tributário do Município de São Bento do Sul, no que se refere a Isenções da Taxa de Vigilância Sanitária.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no exercício de suas atribuições, conforme artigos Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e ele sanciona a presente lei ordinária:

Art.1.º Fica acrescentados os artigos 229-A, Incisos I e II (a, b, c) , ao artigo 229 da Lei nº 140 de 22 de Dezembro de 1997, Código do Tributário do Município de São Bento do Sul, com a seguinte redação:

“Art. 229...

...

Art. 229-A – Das Isenções

Art. 229-B – São Isentos da Taxa da Vigilância Sanitária

I - agricultores familiares, identificados pela Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP);

II – cooperativas e empreendimentos de economia solidaria, por meio de uma das seguintes declarações:

- a) do Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES (MTE);
- b) do Conselho Nacional, ou Estadual, ou Municipal de Economia Solidária;
- c) da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Pessoa Jurídica (DAP)”.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 8 de março de 2023.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal